

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	15
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	55
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	56
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	57
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	53.096.770
Preferenciais	0
Total	53.096.770
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	4.944.548	4.740.640
1.01	Ativo Circulante	1.805.134	1.629.969
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	585.943	438.679
1.01.03	Contas a Receber	803.891	901.924
1.01.03.01	Clientes	803.891	901.924
1.01.04	Estoques	4.520	3.555
1.01.06	Tributos a Recuperar	36.295	23.755
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	36.295	23.755
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social a compensar	359	304
1.01.06.01.02	Outros tributos a compensar	35.936	23.451
1.01.07	Despesas Antecipadas	15.401	13.579
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	359.084	248.477
1.01.08.03	Outros	359.084	248.477
1.01.08.03.01	Outros Ativos	102.160	91.986
1.01.08.03.02	Derivativos	190.135	156.491
1.01.08.03.03	Ativo Financeiro Setorial	66.789	0
1.02	Ativo Não Circulante	3.139.414	3.110.671
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.202.724	2.181.832
1.02.01.04	Contas a Receber	25.344	26.464
1.02.01.04.01	Clientes	25.344	26.464
1.02.01.07	Tributos Diferidos	0	19.459
1.02.01.07.02	Créditos Fiscais Diferidos	0	19.459
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	290	308
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	2.177.090	2.135.601
1.02.01.10.03	Derivativos	211.182	199.980
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	209.963	198.269
1.02.01.10.05	Outros tributos a compensar	24.410	24.790
1.02.01.10.06	Ativo Financeiro da Concessão	1.657.857	1.602.976
1.02.01.10.07	Outros Ativos	678	678
1.02.01.10.08	Ativo Financeiro Setorial	73.000	108.908
1.02.04	Intangível	936.690	928.839
1.02.04.01	Intangíveis	936.690	928.839
1.02.04.01.02	Ativo Contratual	185.518	159.983
1.02.04.01.03	Intangível	751.172	768.856

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	4.944.548	4.740.640
2.01	Passivo Circulante	2.044.392	2.206.635
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	19.212	17.442
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	19.212	17.442
2.01.01.02.01	Obrigações estimadas com pessoal	19.212	17.442
2.01.02	Fornecedores	558.702	688.754
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	558.702	688.754
2.01.03	Obrigações Fiscais	182.941	183.479
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	49.657	49.246
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	13.988	9.118
2.01.03.01.02	Programa de Integração Social PIS	5.443	5.305
2.01.03.01.03	Contrib p/Financ da Seguridade Social	25.151	24.547
2.01.03.01.04	Outras Obrigações Federais	5.075	5.301
2.01.03.01.05	IRRF sobre Juros sobre Capital Próprio	0	4.975
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	132.862	133.595
2.01.03.02.01	Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	132.862	133.595
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	422	638
2.01.03.03.01	Outras Obrigações Municipais	422	638
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	646.600	653.433
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	520.231	482.829
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	31.685	29.939
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	488.546	452.890
2.01.04.02	Debêntures	126.369	170.604
2.01.04.02.01	Debêntures	126.369	170.604
2.01.05	Outras Obrigações	636.937	663.527
2.01.05.02	Outros	636.937	663.527
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	348.377	348.377
2.01.05.02.05	Passivo Financeiro Setorial	0	41.514
2.01.05.02.07	Outras Contas a Pagar	192.613	215.689
2.01.05.02.08	Taxas Regulamentares	18.501	16.028
2.01.05.02.09	Entidade de Previdência Privada	77.446	41.919
2.02	Passivo Não Circulante	2.553.320	2.345.812
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.724.517	1.495.398
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.213.254	859.882
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	644.218	318.122
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	569.036	541.760
2.02.01.02	Debêntures	511.263	635.516
2.02.01.02.01	Debêntures	511.263	635.516
2.02.02	Outras Obrigações	768.461	801.719
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	100.407	100.006
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	100.407	100.006
2.02.02.02	Outros	668.054	701.713
2.02.02.02.03	Fornecedores	1.379	2.748
2.02.02.02.04	Entidade de Previdência Privada	476.012	522.184
2.02.02.02.05	Derivativos	5.417	0
2.02.02.02.07	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	162.665	161.959

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2.02.02.02.08	Outras Contas a Pagar	22.581	14.822
2.02.03	Tributos Diferidos	14.503	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	14.503	0
2.02.04	Provisões	45.839	48.695
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	45.839	48.695
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	263	230
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	31.583	30.870
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	12.942	16.548
2.02.04.01.05	Outros	1.051	1.047
2.03	Patrimônio Líquido	346.836	188.193
2.03.01	Capital Social Realizado	253.909	253.909
2.03.02	Reservas de Capital	42.140	42.140
2.03.04	Reservas de Lucros	304.699	304.699
2.03.04.01	Reserva Legal	34.032	34.032
2.03.04.11	Reserva estatutária - reforço de capital de giro	270.667	270.667
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	161.941	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-415.853	-412.555

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.331.476	1.093.384
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.028.533	-872.157
3.02.01	Custo com Energia Elétrica	-894.296	-738.289
3.02.02	Custo de Operação - depreciação e amortização	-25.582	-24.718
3.02.03	Custo de Operação - outros	-57.445	-52.589
3.02.04	Custo do Serviço Prestado a Terceiros	-51.210	-56.561
3.03	Resultado Bruto	302.943	221.227
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-62.227	-64.729
3.04.01	Despesas com Vendas	-30.636	-31.928
3.04.01.01	Amortização	-229	-155
3.04.01.02	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-9.211	-11.129
3.04.01.03	Outras despesas com vendas	-21.196	-20.644
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-27.575	-28.805
3.04.02.01	Amortização	-3.722	-3.652
3.04.02.02	Outras despesas gerais e administrativas	-23.853	-25.153
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-4.016	-3.996
3.04.05.01	Outras despesas operacionais	-4.016	-3.996
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	240.716	156.498
3.06	Resultado Financeiro	9.406	46.553
3.06.01	Receitas Financeiras	32.372	73.138
3.06.02	Despesas Financeiras	-22.966	-26.585
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	250.122	203.051
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-88.181	-71.897
3.08.01	Corrente	-52.521	-85
3.08.02	Diferido	-35.660	-71.812
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	161.941	131.154
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	161.941	131.154
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,00305	0,00247

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	161.941	131.154
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-3.298	99.491
4.02.01	Ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	0	84.126
4.02.02	Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários	-3.298	15.365
4.03	Resultado Abrangente do Período	158.643	230.645

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	29.940	86.209
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	285.688	206.032
6.01.01.01	Lucro Líquido Antes dos Tributos	250.122	203.051
6.01.01.02	Amortização	29.533	28.525
6.01.01.03	Provisões para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas	1.108	2.298
6.01.01.04	Encargos de Dívidas e Atualizações Monetárias e Cambiais	-20.453	-52.291
6.01.01.05	Despesa/(Receita) com Plano de Pensão	12.495	9.694
6.01.01.06	Perda (ganho) na Baixa de Ativo não Circulante	3.672	3.626
6.01.01.08	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	9.211	11.129
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-255.748	-119.823
6.01.02.01	Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	89.989	25.667
6.01.02.02	Tributos a Compensar	-12.160	858
6.01.02.04	Depósitos Judiciais	-11.071	-1.758
6.01.02.05	Ativo Financeiro Setorial	-28.207	22.527
6.01.02.07	Contas a Receber CDE	-4.087	12.574
6.01.02.09	Outros Ativos Operacionais	-32.332	-26.244
6.01.02.10	Fornecedores	-131.421	-62.355
6.01.02.11	Taxas Regulamentares	2.473	-35.913
6.01.02.12	Processos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas Pagos	-3.958	-6.886
6.01.02.13	Contas a pagar CDE	-4.025	3.538
6.01.02.14	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-47.317	-31.531
6.01.02.15	Passivo Financeiro Setorial	-42.775	-203
6.01.02.16	Encargo de Dívidas e Debêntures Pagos	-16.448	-24.063
6.01.02.17	Outros Tributos e Contribuições Sociais	-5.525	-18.886
6.01.02.18	Outras Obrigações com Entidade de Previdência Privada	-23.140	-10.854
6.01.02.19	Outros Passivos Operacionais	14.256	33.706
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-55.619	51.816
6.02.02	Adições Ativo contratual	-55.619	-49.082
6.02.06	Títulos e Valores Mobiliários, Cauções e Depósitos Vinculados (resgates)	0	100.898
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	172.943	286.466
6.03.01	Captação de Empréstimos e Debêntures	340.000	419.760
6.03.02	Amortização de Principal de Empréstimos e Debêntures	-169.982	-180.125
6.03.06	Liquidação de Operações com Derivativos	2.925	46.831
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	147.264	424.491
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	438.679	237.019
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	585.943	661.510

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	253.909	42.140	304.699	0	-412.555	188.193
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	253.909	42.140	304.699	0	-412.555	188.193
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	161.941	-3.298	158.643
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	161.941	0	161.941
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-3.298	-3.298
5.05.02.07	Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, liquidados dos efeitos tributários	0	0	0	0	-3.298	-3.298
5.07	Saldos Finais	253.909	42.140	304.699	161.941	-415.853	346.836

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	249.321	46.729	580.620	0	-312.646	564.024
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	249.321	46.729	580.620	0	-312.646	564.024
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	131.154	99.492	230.646
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	131.154	0	131.154
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	99.492	99.492
5.05.02.06	ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	0	0	0	0	84.127	84.127
5.05.02.07	risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários	0	0	0	0	15.365	15.365
5.07	Saldos Finais	249.321	46.729	580.620	131.154	-213.154	794.670

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
7.01	Receitas	2.063.492	1.691.971
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.021.689	1.646.703
7.01.02	Outras Receitas	51.014	56.397
7.01.02.01	Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	51.014	56.397
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-9.211	-11.129
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.107.934	-941.976
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-995.105	-825.713
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-86.900	-90.215
7.02.04	Outros	-25.929	-26.048
7.03	Valor Adicionado Bruto	955.558	749.995
7.04	Retenções	-29.654	-28.596
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-29.654	-28.596
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	925.904	721.399
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	34.148	74.363
7.06.02	Receitas Financeiras	34.148	74.363
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	960.052	795.762
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	960.052	795.762
7.08.01	Pessoal	48.618	44.368
7.08.01.01	Remuneração Direta	21.442	20.540
7.08.01.02	Benefícios	25.260	21.905
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.916	1.923
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	724.729	592.259
7.08.02.01	Federais	392.748	319.201
7.08.02.02	Estaduais	331.292	272.292
7.08.02.03	Municipais	689	766
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	24.764	27.981
7.08.03.01	Juros	23.764	27.001
7.08.03.02	Aluguéis	1.000	980
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	161.941	131.154
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	161.941	131.154

Comentário do Desempenho

Análise de Resultados – CPFL Piratininga

Este comentário de desempenho está expresso em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma.

	1º Trimestre		
	2021	2020	Varição
Receita operacional bruta	2.072.703	1.703.100	21,7%
Fornecimento de energia elétrica (*)	1.456.483	1.230.254	18,4%
Suprimento de energia elétrica	96.557	131.848	-26,8%
Receita de construção de infraestrutura da concessão	51.014	56.397	-9,5%
Outras receitas operacionais	397.667	306.925	29,6%
Ativo e passivo financeiro setorial	70.982	(22.325)	-418,0%
Deduções da receita operacional	(741.227)	(609.716)	21,6%
Receita operacional líquida	1.331.476	1.093.384	21,8%
Custo com energia elétrica	(894.296)	(738.289)	21,1%
Energia comprada para revenda	(688.993)	(627.989)	9,7%
Encargo de uso do sist transm distrib	(205.303)	(110.300)	86,1%
Custo e despesa operacional	(196.463)	(198.597)	-1,1%
Pessoal	(37.769)	(37.003)	2,1%
Entidade de previdência privada	(12.495)	(9.694)	28,9%
Material	(5.738)	(5.835)	-1,7%
Serviço de terceiros	(36.912)	(35.661)	3,5%
Amortização	(29.533)	(28.525)	3,5%
Custo de construção de infraestrutura da concessão	(51.014)	(56.397)	-9,5%
Outros	(23.002)	(25.483)	-9,7%
Resultado do serviço	240.716	156.498	53,8%
Resultado financeiro	9.406	46.553	-79,8%
Receitas financeiras	32.372	73.139	-55,7%
Despesas financeiras	(22.966)	(26.585)	-13,6%
Resultado antes dos tributos	250.122	203.051	23,2%
Contribuição social	(23.737)	(18.996)	25,0%
Imposto de renda	(64.445)	(52.900)	21,8%
Resultado Líquido do Período	161.941	131.154	23,5%
EBITDA	270.249	185.023	46,1%

(*) Para efeito de apresentação do comentário de desempenho não foi realizada a reclassificação de receita pela disponibilidade da Rede Elétrica ao consumidor cativo - TUSD (nota 25)

Receita operacional bruta

A receita operacional bruta no 1º trimestre de 2021 foi de R\$ 2.072.703, apresentando aumento de 21,7% (R\$ 369.603) quando comparado com o mesmo trimestre do ano anterior.

Desconsiderando a receita de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado, devido ao custo correspondente no mesmo valor), a receita operacional bruta seria de R\$ 2.021.689, apresentando um aumento de 22,8% (R\$ 374.986) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Os principais fatores que contribuíram para esta variação foram:

- i. **Fornecimento de energia elétrica:** aumento de 18,4% (R\$ 226.229) principalmente pelo (i) aumento de 13,3% (R\$ 163.537) na tarifa média, decorrente principalmente do Reajuste Tarifário Anual (“RTA”) de outubro de 2020 de 9,82% (percepção do consumidor), aplicação da bandeira tarifária 2,43% (amarela no 1º trimestre de 2021 comparada com amarela/verde no 1º trimestre de 2020) e aumento da alíquota efetiva de PIS e COFINS 1,54% e (ii) aumento de 4,5% (R\$ 62.692) no volume de energia vendida (considerando a quantidade de energia da receita não faturada);

Comentário do Desempenho

- ii. **Suprimento de energia elétrica:** redução de 26,8% (R\$ 35.291) principalmente pela (i) redução na venda de energia comercializada no curto prazo (R\$ 37.797) principalmente em decorrência da redução no volume de energia comercializado e da redução na tarifa média em função da redução do preço de liquidação de diferenças (“PLD”), compensado por (ii) aumento na venda de energia para outras permissionárias (R\$ 2.561);
- iii. **Outras receitas operacionais:** aumento de 29,6% (R\$ 90.742) basicamente pelos aumentos: (i) receita pela disponibilidade da rede elétrica – TUSD (R\$ 63.067) em função principalmente do RTA de outubro de 2020 e aumento no volume de energia transportada, (ii) atualização do ativo financeiro da concessão (R\$ 16.932) principalmente em função do aumento da variação do indexador (IPCA) e (iii) subvenções baixa renda e descontos tarifários com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético “CDE” e subvenção da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias “CCRBT” (R\$ 10.239);
- iv. **Ativo e passivo financeiro setorial:** aumento de receita de R\$ 93.307, principalmente: (i) diferimento de ESS/EER, sobrecontratação, Proinfra e repasse de Itaipu (R\$ 110.773), (ii) amortização dos ativos e passivos homologados (R\$ 43.224) compensado parcialmente por (iii) redução nos diferimentos de neutralidade, CDE, custo de energia e acordo bilateral (R\$ 61.972).

➤ Quantidade de energia vendida

No 1º trimestre de 2021, a quantidade de energia faturada para consumidores cativos no período, incluindo outras concessionárias e permissionárias, apresentou crescimento de 3,3% quando comparada com o mesmo trimestre do ano anterior. Apesar do bom desempenho da classe residencial no 1º trimestre, o consumo de energia das classes comercial e poder público ainda apresentaram impactos das medidas de isolamento social para enfrentamento da pandemia que levaram ao fechamento de comércios e de prédios públicos.

O consumo da classe residencial representa 56,0% do total do mercado fornecido pela distribuidora e registrou crescimento de 9,4% no 1º trimestre de 2021 em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse crescimento reflete os efeitos do incremento da quantidade de unidades consumidoras e das medidas de isolamento social.

A classe comercial, que representa 22,2% do mercado total fornecido pela distribuidora, apresentou queda de 3,1% no 1º trimestre de 2021 em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse desempenho reflete os impactos trazidos pelo período de isolamento social e restrição de atividades, além do efeito da movimentação de clientes para o mercado livre.

A classe industrial, que representa 9,7% do mercado total fornecido pela distribuidora, apresentou queda de 8,1% no 1º trimestre de 2021 em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse desempenho reflete o efeito da movimentação de clientes para o mercado livre.

As demais classes de consumo (rural, poder público, iluminação pública, serviço público, concessionárias e permissionárias) participam com 12,1% do mercado total fornecido pela distribuidora. Estas classes apresentaram queda de 0,7% no 1º trimestre de 2021 em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente devido ao desempenho negativo da classe poder público.

Em relação à quantidade de energia vendida e transportada na área de concessão, que impacta tanto o fornecimento faturado (mercado cativo) como a cobrança da TUSD (mercado livre), houve aumento de 6,2% quando comparada com o mesmo período do ano anterior. A variação por classe foi de 9,4% no residencial, 2,8% no comercial, 5,9% no industrial e 4,4% nas demais classes de consumo.

Comentário do Desempenho

Deduções da receita operacional

As deduções da receita operacional no 1º trimestre de 2021 foram de R\$ 741.227, apresentando um aumento de 21,6% (R\$ 131.511) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, principalmente em: (i) ICMS, PIS e COFINS (R\$ 86.918) principalmente em função do aumento na base de cálculo, (ii) Bandeiras tarifárias (R\$ 31.323) e (iii) CDE (R\$ 11.536) principalmente em função do aumento da cota CDE em 2021 compensado pelo aumento no 1º trimestre de 2020 devido reclassificação do recebimento (valores recebidos no 4º trimestre de 2019) referente devolução do saldo remanescente da conta ACR, de CDE para energia comprada.

Custo com energia elétrica

No 1º trimestre de 2021 o custo com energia elétrica foi de R\$ 894.296, apresentando um aumento de 21,1% (R\$ 156.007), em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. A variação é explicada:

- i. **Energia comprada para revenda:** aumento de 9,7% (R\$ 61.004) basicamente em função:
(i) aumento de 10,1% (R\$ 52.691) no preço médio, justificado principalmente pelo aumento na compra de energia adquirida através de leilão no ambiente regulado, contratos bilaterais e energia de Itaipu decorrente do aumento do dólar no 1º trimestre de 2021, (ii) reclassificação no 1º trimestre de 2020 do recebimento (valores recebidos no 4º trimestre de 2019) referente devolução do saldo remanescente da conta ACR, de CDE para energia comprada (R\$ 17.903), compensado por (iii) crédito de PIS e COFINS (R\$ 4.490), (iv) redução de 0,4% (R\$ 2.796) no volume de energia comprada e (v) aumento no ressarcimento de geradoras (R\$ 2.305).
- ii. **Encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição:** aumento de 86,1% (R\$ 95.003) impactado principalmente por: (i) encargos de serviço do sistema líquido do repasse da CONER (R\$ 58.102), (ii) encargos de rede básica (R\$ 38.084) em função do reajuste tarifário das Transmissoras e novos pontos de instalações de transmissões, (iii) encargo de energia de reserva (R\$ 6.017), (iv) transporte de Itaipu (R\$ 2.456), compensado parcialmente por (iv) crédito de PIS e COFINS (R\$ 9.684).

Custo e despesa operacional

Os custos e despesas operacionais atingiram R\$ 196.463 no 1º trimestre de 2021, apresentando uma redução de 1,1% (R\$ 2.134) quando comparado com o mesmo trimestre do ano anterior.

Desconsiderando o custo de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado), os custos e despesas operacionais seriam de R\$ 145.449, apresentando um aumento de 2,3% (R\$ 3.249).

Os principais efeitos nesse grupo devem-se principalmente a:

➤ Despesas operacionais gerenciáveis

São representadas pelos custos com pessoal, entidade de previdência privada, material, serviços de terceiros e outros, que totalizaram o montante de R\$ 115.916 no 1º trimestre de 2021, um aumento de 2,0% (R\$ 2.240) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Esta variação deve-se principalmente aos seguintes fatores:

- i. **Pessoal:** aumento de 2,1% (R\$ 766) principalmente efeitos do acordo coletivo de 2020;
- ii. **Entidade de previdência privada:** aumento de 28,9% (R\$ 2.801) principalmente pelos registros dos ajustes em função de laudo atuarial;

Comentário do Desempenho

- iii. **Serviços de terceiros:** aumento de 3,5% (R\$ 1.251) principalmente: (i) call center (R\$ 1.359), (ii) poda de árvores (R\$ 486), compensado parcialmente por (iii) entrega/cobrança de fatura (R\$ 640);
- iv. **Outros:** redução de 9,7% (R\$ 2.481) principalmente (i) provisão para créditos de liquidação duvidosa (R\$ 1.919) e (ii) despesas legais, judiciais e indenizações (R\$ 575).

Amortização:

A amortização no 1º trimestre de 2021 foi de R\$ 29.533, apresentando um aumento de 3,5% (R\$ 1.008) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior principalmente pelas adições na base de ativos ocorridas no período.

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido no 1º trimestre de 2021 apresentou uma receita líquida de R\$ 9.406, uma redução de 79,8% (R\$ 37.147) em relação a receita líquida apresentada no mesmo trimestre do ano anterior.

- **Receitas financeiras:** redução de 55,7% (R\$ 40.767) principalmente (i) ajuste ao valor justo (R\$ 51.072), compensado parcialmente por (ii) atualização monetária de faturas e parcelamento (R\$ 5.061), (iii) atualização de créditos fiscais (R\$ 2.749), (iv) multa e juros na Liquidação Financeira da CCEE (R\$ 1.638) e (v) atualização dos ativos e passivos financeiros setoriais (R\$ 1.413);
- **Despesas financeiras:** redução de 13,6% (R\$ 3.619) principalmente em (i) ajuste ao valor justo (R\$ 1.430), (ii) atualização da provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (R\$ 1.069) e (iii) atualização de débitos fiscais (R\$ 689).

Contribuição social e imposto de renda

A tributação sobre o lucro relativo a contribuição social e imposto de renda apurada no 1º trimestre de 2021 foi de R\$ 88.182, apresentando aumento de 22,7% (R\$ 16.286) quando comparado com o mesmo trimestre do ano anterior, refletindo a variação da base tributável do período.

Resultado líquido do período e EBITDA

Com base nos fatores expostos, a Companhia apresentou no 1º trimestre de 2021 um lucro líquido de R\$ 161.941, com aumento de 23,5% (R\$ 30.787), em relação ao lucro apurado no mesmo trimestre do ano anterior.

O EBITDA (resultado líquido do período, excluindo os efeitos da amortização, resultado financeiro, contribuição social e imposto de renda) no 1º trimestre de 2021 foi de R\$ 270.249, apresentando aumento de 46,1% (R\$ 85.226) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA LUZ
Balanços patrimoniais em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020
 (Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota explicativa	31/03/2021	31/12/2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	585.943	438.679
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	803.891	901.924
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7	359	304
Outros tributos a compensar	7	35.936	23.451
Derivativos	30	190.135	156.491
Ativo financeiro setorial	8	66.789	-
Estoques		4.520	3.555
Outros ativos	11	117.562	105.565
Total do circulante		1.805.134	1.629.969
Não circulante			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	25.344	26.464
Depósitos judiciais	20	209.963	198.269
Outros tributos a compensar	7	24.410	24.790
Ativo financeiro setorial	8	73.000	108.908
Derivativos	30	211.182	199.980
Créditos fiscais diferidos	9	-	19.459
Ativo financeiro da concessão	10	1.657.857	1.602.976
Outros ativos	11	968	986
Ativo contratual	12	185.518	159.983
Intangível	13	751.172	768.856
Total do não circulante		3.139.414	3.110.671
Total do ativo		4.944.548	4.740.640

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA LUZ
Balancos patrimoniais em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020
 (Em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/03/2021	31/12/2020
Circulante			
Fornecedores	14	558.702	688.754
Empréstimos e financiamentos	15	520.231	482.829
Debêntures	16	126.369	170.604
Entidade de previdência privada	17	77.446	41.919
Taxas regulamentares	18	18.501	16.028
Imposto de renda e contribuição social a recolher	19	13.988	9.118
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	19	168.953	174.361
Dividendo e juros sobre capital próprio	28	348.377	348.377
Obrigações estimadas com pessoal		19.212	17.442
Passivo financeiro setorial	8	-	41.514
Outras contas a pagar	21	192.612	215.688
Total do circulante		2.044.392	2.206.635
Não circulante			
Fornecedores	14	1.379	2.748
Empréstimos e financiamentos	15	1.213.254	859.882
Debêntures	16	511.263	635.516
Entidade de previdência privada	17	476.012	522.184
Imposto de renda e contribuição social a recolher	19	162.665	161.959
Débitos fiscais diferidos	9	14.503	-
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	20	45.839	48.695
Mútuo com controladora	28	100.407	100.006
Derivativos	30	5.417	-
Outras contas a pagar	21	22.581	14.823
Total do não circulante		2.553.319	2.345.812
Patrimônio líquido			
	22		
Capital social		253.909	253.909
Reserva de capital		42.140	42.140
Reserva legal		34.032	34.032
Reserva estatutária - reforço de capital de giro		270.667	270.667
Resultado abrangente acumulado		(415.853)	(412.556)
Lucros/(Prejuízos) acumulados		161.941	-
Total do patrimônio líquido		346.836	188.193
Total do passivo e do patrimônio líquido		4.944.548	4.740.640

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA LUZ
Demonstrações dos resultados para os períodos findos em 31 de março de 2021 e 2020
 (Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	1º Trimestre 2021	1º Trimestre 2020
Receita operacional líquida	24	1.331.476	1.093.384
Custo do serviço			
Custo com energia elétrica	25	(894.296)	(738.289)
Custo com operação		(83.027)	(77.307)
Amortização		(25.582)	(24.718)
Outros custos com operação	26	(57.445)	(52.589)
Custo do serviço prestado a terceiros	26	(51.210)	(56.561)
Lucro operacional bruto		302.942	221.227
Despesas operacionais			
Despesas com vendas		(30.636)	(31.928)
Amortização		(229)	(155)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(9.211)	(11.129)
Outras despesas com vendas	26	(21.196)	(20.644)
Despesas gerais e administrativas		(27.574)	(28.805)
Amortização		(3.722)	(3.652)
Outras despesas gerais e administrativas	26	(23.853)	(25.153)
Outras despesas operacionais	26	(4.016)	(3.996)
Resultado do serviço		240.716	156.498
Resultado financeiro	27		
Receitas financeiras		32.372	73.139
Despesas financeiras		(22.966)	(26.585)
		9.406	46.553
Lucro antes dos tributos		250.122	203.051
Contribuição social	9	(23.737)	(18.996)
Imposto de renda	9	(64.445)	(52.900)
		(88.182)	(71.897)
Lucro líquido do período	23	161.941	131.154
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$		3,05	2,47

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas**COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ****Demonstrações dos resultados abrangentes para os períodos findos em 31 de março de 2021 e 2020**

(Em milhares de Reais)

	<u>1º Trimestre 2021</u>	<u>1º Trimestre 2020</u>
Lucro líquido do período	161.941	131.154
Outros resultados abrangentes	(3.297)	99.491
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:		
Ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	-	84.126
Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários	(3.297)	15.364
Resultado abrangente do período	<u>158.643</u>	<u>230.645</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o período findo em 31 de março de 2021
 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros		Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva estatutária - reforço de capital de giro			
Saldos em 31 de dezembro de 2020	253.909	42.140	34.032	270.667	(412.556)	-	188.193
Resultado abrangente total							
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	161.941	161.941
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	(3.297)	-	(3.297)
Saldos em 31 de março de 2021	253.909	42.140	34.032	270.667	(415.853)	161.941	346.836

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o período findo em 31 de março de 2020
 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros			Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva estatutária - reforço de capital de giro	Dividendo			
Saldos em 31 de dezembro de 2019	249.321	46.729	28.067	356.496	196.057	(312.646)	-	564.024
Resultado abrangente total								
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	131.154	131.154
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	84.126	-	84.126
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	15.364	-	15.364
Saldos em 31 de março de 2020	249.321	46.729	28.067	356.496	196.057	(213.155)	131.154	794.670

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Demonstrações dos fluxos de caixa para os períodos findos em 31 de março de 2021 e 2020
 (Em milhares de Reais)

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/03/2020</u>
Lucro antes dos tributos	250.122	203.051
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Amortização	29.533	28.525
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	1.108	2.298
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.211	11.129
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	(20.453)	(52.291)
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	12.495	9.694
Perda (ganho) na baixa de não circulante	3.672	3.626
	<u>285.688</u>	<u>206.032</u>
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	89.989	25.667
Tributos a compensar	(12.160)	858
Depósitos judiciais	(11.071)	(1.758)
Ativo financeiro setorial	(28.207)	22.527
Contas a receber - CDE	(4.087)	12.574
Outros ativos operacionais	(32.332)	(26.244)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(131.421)	(62.355)
Outros tributos e contribuições sociais	(5.525)	(18.886)
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(23.140)	(10.854)
Taxas regulamentares	2.473	(35.913)
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(3.958)	(6.886)
Passivo financeiro setorial	(42.775)	(203)
Contas a pagar - CDE	(4.025)	3.538
Outros passivos operacionais	14.256	33.706
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	93.705	141.803
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(16.448)	(24.063)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(47.317)	(31.531)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	29.940	86.209
Atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (resgates)	-	100.898
Adições de ativo contratual	(55.619)	(49.082)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	(55.619)	51.816
Atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e debêntures	340.000	419.760
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(169.982)	(180.125)
Liquidação de operações com derivativos	2.925	46.831
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	172.943	286.466
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	147.264	424.491
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	438.679	237.019
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	585.943	661.510

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas**COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ****Demonstrações do valor adicionado para os períodos findos em 31 de março de 2021 e 2020**

(Em milhares de Reais)

	1º Trimestre 2021	1º Trimestre 2020
1 - Receita	2.063.492	1.691.971
1.1 Receita de venda de energia e serviços	2.021.689	1.646.703
1.2 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	51.014	56.397
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(9.211)	(11.129)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(1.107.933)	(941.976)
2.1 Custo com energia elétrica	(995.105)	(825.713)
2.2 Material	(33.217)	(40.993)
2.3 Serviços de terceiros	(53.683)	(49.222)
2.4 Outros	(25.928)	(26.048)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	955.558	749.995
4 - Retenções	(29.654)	(28.596)
4.1 Amortização	(29.654)	(28.596)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	925.904	721.399
6 - Valor adicionado recebido em transferência	34.148	74.363
6.1 Receitas financeiras	34.148	74.363
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	960.052	795.762
8 - Distribuição do valor adicionado		
8.1 Pessoal e encargos	48.618	44.367
8.1.1 Remuneração direta	21.442	20.540
8.1.2 Benefícios	25.260	21.905
8.1.3 F.G.T.S	1.916	1.923
8.2 Impostos, taxas e contribuições	724.731	592.260
8.2.1 Federais	392.749	319.201
8.2.2 Estaduais	331.292	272.292
8.2.3 Municipais	689	766
8.3 Remuneração de capital de terceiros	24.763	27.981
8.3.1 Juros	23.764	27.001
8.3.2 Aluguéis	1.000	980
8.4 Remuneração de capital próprio	161.941	131.154
8.4.1 Lucros retidos	161.941	131.154
	960.052	795.762

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Piratininga de Força e Luz (“CPFL Piratininga” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 – parte - Jardim Professora Tarcilla – CEP: 13087-397, na cidade de Campinas, estado de São Paulo.

A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos até 22 de outubro de 2028, podendo este ser prorrogado por no máximo igual período.

A área de concessão da Companhia contempla 27 municípios do interior e litoral do Estado de São Paulo, atendendo a 1,8 milhão de consumidores. Entre os principais municípios estão Santos, Sorocaba e Jundiaí.

1.1 Capital Circulante Líquido Negativo:

Em 31 de março de 2021, a Companhia apresentou nas informações contábeis intermediárias, capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 239.258 (R\$ 576.666 em 31 de dezembro de 2020). A Companhia tempestivamente monitora o capital circulante líquido e, sua geração de caixa, bem como as projeções de lucros, suportam e viabilizam o plano de redução deste capital circulante líquido.

1.2 Impactos do COVID-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o coronavírus (COVID-19) é uma pandemia. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram de certa forma o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos nas informações contábeis intermediárias. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando e implementando pacotes de estímulos econômicos para superar a potencial recessão econômica que estas medidas de mitigação da propagação do COVID -19 possam provocar.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declarou o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

A Administração tem avaliado de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos nas operações. Até a data de autorização para emissão dessas informações contábeis intermediárias, as seguintes medidas foram tomadas e os principais assuntos que estão sob monitoramento constante estão listados a seguir:

- Implementação de medidas temporárias no quadro de funcionários, tais como planos de home office, adequação dos espaços coletivos para evitar aglomerações, e demais medidas aplicáveis, relacionadas à saúde;
- Negociação com fornecedores de equipamentos para avaliação de prazos de entregas visto ao novo cenário, sem que haja, até o momento, indicativos de riscos relevantes de atraso que possam impactar nas operações;

Notas Explicativas

- Avaliação das condições contratuais com instituições financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos e pagamento com fornecedores, para mitigar eventuais riscos de liquidez;
- Monitoramento das variações de indexadores de mercado que poderiam afetar empréstimos, financiamentos e debêntures;
- Avaliação de eventuais renegociações com clientes, em função de retração macroeconômica. Tais renegociações estão sendo direcionadas, em sua maioria, através de deslocamentos temporais nas quantidades contratadas;
- Monitoramento de redução do mercado faturado pelo fechamento, assim como a retomada após as medidas de flexibilização, de estabelecimentos comerciais e industriais decorrente das medidas de enfrentamento à pandemia;
- Monitoramento de sobrecontratação em função da redução da carga e consequentes sobras de energia superiores aos 5% previstos nos requisitos regulatórios;
- Monitoramento da inadimplência, especialmente sob a luz da suspensão, a partir de 1º de abril até 30 de junho de 2021, dos cortes por inadimplência para as subclasses residenciais de baixa renda, além de regras específicas a serem atendidas para que possam ser efetuados os cortes nas demais classes consumidoras e restrições na cobrança de multa e juros por inadimplência.

Devido à relevância dos potenciais impactos mencionados, as autoridades do Setor Elétrico Brasileiro, em especial o Ministério de Minas e Energia (MME) e a ANEEL, adotaram algumas medidas durante o período de pandemia, sendo as mais relevantes:

- Isenção para a parcela de consumo mensal de até 220 quilowatt-hora (kWh/mês) dos consumidores das classes residenciais de baixa renda, no período entre 1º de abril a 30 de junho de 2020, conforme previsto na Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, custeada por meio de aportes da União ao fundo setorial CDE, conforme previsto na Medida Provisória nº 949, de 8 de abril de 2020.
- Reconhecimento das sobras resultantes da redução de carga das distribuidoras, decorrente dos efeitos da pandemia de COVID 19, como exposição contratual involuntária, a ser regulamentada pela ANEEL, conforme previsto na Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, e no Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020;
- Criação da Conta COVID por meio da Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020 e regulamentada por meio do Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, e da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020.

Mais informações sobre a sobre a Conta COVID e como afetam os negócios da Companhia estão divulgados na nota explicativa 1.3 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Considerando todas as análises realizadas sobre os aspectos relacionados aos impactos do COVID-19 em seu negócio, assim como as atualizações regulatórias efetuadas no período, para o período de três meses findos em 31 de março de 2021, a Companhia concluiu que não houve efeitos relevantes relacionados à pandemia em suas informações contábeis intermediárias.

O efeito financeiro e econômico para a Companhia ao longo dos próximos meses dependerá do desfecho da crise e seus impactos macroeconômicos, especialmente no que tange à retração na atividade econômica, bem como dos impactos relacionados as medidas de restrição. A Companhia continuará monitorando constantemente os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas informações contábeis intermediárias.

Reequilíbrio Econômico Financeiro

Em decorrência dos efeitos das medidas restritivas adotadas pelo governo para conter o avanço da pandemia causada pelo surto do Coronavírus (COVID 19), a Companhia, assim como outras concessionárias de distribuição de energia elétrica do país, sofreu impactos extraordinários e imediatos, tais como, queda da receita em função da retração do mercado consumidor e redução da arrecadação pelo aumento da inadimplência.

Considerando os efeitos da pandemia e, tendo como base o contrato de concessão entre a Companhia e o Poder Concedente, por intermédio da ANEEL, assim como os artigos 9º e 10º da Lei nº 8.987, de 13 de

Notas Explicativas

fevereiro de 1995, dentre outras previsões legais aplicáveis, a Companhia possui o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, de forma que, em uma situação em que ônus gerados por eventos alheios à gestão dos riscos inerentes à operação, tais como, mas sem se limitar, a eventos categorizados como caso fortuito ou força maior, ou mesmo determinações do Poder Concedente que impactem a Companhia, devem ser ressarcidos à Companhia para reequilibrar a saúde econômico-financeira do contrato de concessão.

O Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, que regulamenta a Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, prevê a análise pela ANEEL, em processo administrativo específico, da necessidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro das concessionárias de distribuição de energia elétrica, mediante solicitação das interessadas. Nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 885, de 23 de junho de 2020, a Agência, instaurou segunda fase da Consulta Pública nº 35 de 2020 ("CP35/2020") no período entre 18 de agosto e 05 de outubro de 2020, com o objetivo de regular a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro de contratos de concessão e permissão do serviço público de distribuição energia elétrica, não tendo sido concluído até o fechamento das presentes informações contábeis intermediárias. Em continuidade ao processo de estabelecimento da regulamentação do equilíbrio econômico-financeiro, a ANEEL decidiu por abrir 3ª Fase da Consulta Pública nº 35 entre os dias 16/12/2020 e 01/02/2021. Adicionalmente, nesta mesma fase da consulta pública optou-se por colocar em discussão as regras para alocação dos custos dos empréstimos da Conta COVID e da sobrecontratação para o ano de 2020, reflexo do cenário de pandemia.

A Companhia aguarda o desfecho da regulamentação para avaliar as medidas a serem tomadas.

(2) APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

2.1 Base de preparação

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com base nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – (CVM), aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas e critérios contábeis adotados no preparo dessas informações contábeis intermediárias estão consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, e devem ser analisadas em conjunto.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A autorização para a emissão destas informações contábeis intermediárias foi dada pela Administração em 10 de maio de 2021.

2.2 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 30 de Instrumentos Financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais.

Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

Notas Explicativas

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são:

- Nota 6 – Consumidores, concessionárias e permissionárias: provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada; e premissas para mensuração do fornecimento e Tarifa de uso do sistema de distribuição (“TUSD”) não faturados;
- Nota 8 – Ativo e passivo financeiro setorial: critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens;
- Nota 10 – Ativo financeiro da concessão: premissas para determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos (nota 30);
- Nota 11 – Outros ativos: provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada;
- Nota 12 – Ativo contratual: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Nota 13 – Intangível: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Nota 15 – Empréstimos e financiamentos: principais premissas para determinação do valor justo;
- Nota 16 – Debêntures: principais premissas para determinação do valor justo;
- Nota 17 – Entidade de previdência privada: principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos;
- Nota 20 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais: reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- Nota 30 – Instrumentos Financeiros – derivativos: principais premissas para determinação do valor justo.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e as informações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Segmento operacional

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica, na prestação de serviços de distribuição e disponibilidade de energia elétrica, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Conseqüentemente, a Companhia concluiu que a sua demonstração de resultados e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

2.6 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base nas mesmas políticas contábeis descritas na nota 3 – Sumário das principais políticas contábeis, divulgada nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Notas Explicativas

A Companhia determinou o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

Intangível e ativo contratual:

O valor justo dos itens do ativo intangível e do ativo contratual é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

Instrumentos financeiros:

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 30) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

O direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos da Companhia, ao final do seu prazo de concessão são classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado. A metodologia adotada para valorização a valor justo destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária da Companhia. Este processo, realizado a cada quatro anos consiste na avaliação ao preço de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador, ANEEL. Esta base de avaliação também é utilizada para estabelecer a tarifa que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação.

Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IPCA como melhor estimativa para ajustar o valor original até o próximo processo de revisão tarifária.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldos bancários	27.371	41.121
Aplicações financeiras	<u>558.572</u>	<u>397.558</u>
Títulos de crédito privado (*)	558.572	397.557
Fundos de investimento	-	1
Total	<u>585.943</u>	<u>438.679</u>

(*) Corresponde a operações de curto prazo em: (i) CDB's no montante de R\$ 406.428 (R\$ 304.439 em 31 de dezembro de 2020) e (ii) operações compromissadas em debêntures no montante R\$ 152.144 (R\$ 93.118 em 31 de dezembro de 2020), ambas realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, vencimento de curto prazo e baixo risco de crédito e com remuneração equivalente, na média, a 98,68% do CDI (99,78% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

Notas Explicativas**(6) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS**

	Saldos vincendos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	31/03/2021	31/12/2020
Circulante					
Classes de consumidores					
Residencial	174.571	120.848	18.599	314.018	293.452
Industrial	9.718	11.513	20.422	41.653	46.847
Comercial	29.427	15.075	5.273	49.775	47.260
Rural	1.687	1.687	160	3.534	3.221
Poder público	9.182	1.714	113	11.009	7.746
Iluminação pública	10.051	462	229	10.742	12.851
Serviço público	7.805	230	2.915	10.951	11.933
Faturado	242.440	151.530	47.712	441.682	423.309
Não faturado	312.726	-	-	312.726	277.142
Parcelamento de débito de consumidores	47.484	9.217	6.424	63.124	60.769
Operações realizadas na CCEE	65.152	-	-	65.152	218.008
Concessionárias e permissionárias	3.955	-	-	3.955	2.371
	671.757	160.747	54.135	886.639	981.599
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(82.748)	(79.675)
Total				803.891	901.924
Não circulante					
Parcelamento de débito de consumidores	17.136	-	-	17.136	18.256
Operações realizadas na CCEE	8.208	-	-	8.208	8.208
Total	25.344	-	-	25.344	26.464

Provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD")

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência.

O detalhamento da metodologia de provisão está descrito na nota 30.f.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros ativos (nota 11)	Total
Saldo em 31/12/2020	(79.675)	(2.684)	(82.359)
Provisão revertida (constituída) líquida	(23.144)	(46)	(23.191)
Recuperação de receita	13.980	-	13.980
Baixa de contas a receber provisionadas	6.091	-	6.091
Saldo em 31/03/2021	(82.748)	(2.730)	(85.479)

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.2.

Notas Explicativas**(7) TRIBUTOS A COMPENSAR**

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>Circulante</u>		
Imposto de renda e contribuição social a compensar	359	304
Imposto de renda e contribuição social a compensar	359	304
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	1.917	1.646
ICMS a compensar	17.593	17.431
Programa de integração social - PIS	2.529	804
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	13.849	3.519
Outros	48	50
Outros tributos a compensar	35.936	23.451
Total circulante	36.295	23.755
<u>Não circulante</u>		
ICMS a compensar	24.410	24.790
Outros tributos a compensar	24.410	24.790
Total não circulante	24.410	24.790

Notas Explicativas

(8) ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

A composição dos saldos e a movimentação do período do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Saldo em 31/12/2020			Receita operacional (nota 24)		Resultado financeiro (nota 27)	Saldo em 31/03/2021		
	Diferido	Homologado	Total	Constituição	Realização	Atualização monetária	Diferido	Homologado	Total
Parcela "A"	249.194	(60.630)	188.564	48.535	17.784	1.664	298.708	(42.161)	256.547
CVA (*)									
CDE (**)	6.438	21.195	27.633	29.439	(8.024)	233	35.995	13.286	49.281
Custos energia elétrica	48.817	(174.466)	(125.649)	(109.982)	58.569	(17)	(61.057)	(116.021)	(177.078)
ESS e EER (***)	37.093	(17.157)	19.935	46.459	6.465	(214)	83.658	(11.013)	72.645
Proinfa	-	(11.911)	(11.911)	4.087	4.230	(41)	4.103	(7.738)	(3.634)
Rede básica	41.238	16.385	57.623	8.467	(5.650)	306	49.900	10.845	60.745
Repasse de Itaipu	158.089	65.145	223.234	67.409	(24.341)	1.502	226.063	41.742	267.804
Transporte de Itaipu	4.666	2.402	7.068	1.438	(857)	48	6.129	1.568	7.697
Neutralidade dos encargos setoriais	(24.573)	13.873	(10.700)	(28.849)	(4.630)	(98)	(53.519)	9.243	(44.276)
Sobrecontratação	(22.574)	23.905	1.331	30.065	(7.978)	(56)	7.436	15.927	23.363
Outros componentes financeiros	(30.389)	(90.781)	(121.170)	(3.727)	8.390	(251)	(34.367)	(82.392)	(116.758)
Total	218.805	(151.412)	67.394	44.808	26.174	1.413	264.341	(124.553)	139.789
Ativo circulante			-						66.789
Ativo não circulante			108.908						73.000
Passivo circulante			(41.514)						-
Passivo não circulante			-						-

(*) Conta de compensação da variação dos valores de itens da parcela "A"

(**) Conta de desenvolvimento energético

(***) Encargo do serviço do sistema ("ESS") e Encargo de energia de reserva ("EER")

Os detalhes sobre a natureza de cada ativo e passivo financeiro setorial estão descritos na nota 9 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.2.

Notas Explicativas

(9) DÉBITOS E CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS

9.1 Composição dos débitos e créditos fiscais:

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>Crédito (Débito) de contribuição social</u>		
Benefício fiscal do intangível incorporado	7.851	8.110
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	<u>(12.980)</u>	<u>(4.294)</u>
Subtotal	(5.129)	3.816
<u>Crédito (Débito) de imposto de renda</u>		
Benefício fiscal do intangível incorporado	26.943	27.832
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	<u>(36.317)</u>	<u>(12.188)</u>
Subtotal	(9.373)	15.643
Total	<u>(14.503)</u>	<u>19.459</u>
Total crédito fiscal	-	19.459
Total débito fiscal	(14.503)	-

A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos decorrentes do benefício fiscal do intangível incorporado e das diferenças temporariamente indedutíveis, está baseada nas projeções de lucros tributáveis futuros.

9.2 Benefício fiscal do intangível incorporado:

Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre o intangível de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) – “Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial”. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que os originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização. No primeiro trimestre de 2021 e 2020, a taxa anual de amortização aplicada foi de 3%.

Notas Explicativas**9.3 Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis:**

	31/03/2021		31/12/2020	
	CSSL	IRPJ	CSSL	IRPJ
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	4.177	11.603	4.433	12.313
Entidade de previdência privada	6.965	19.348	6.074	16.872
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.693	21.370	7.412	20.590
Provisão energia livre	2.181	6.059	2.171	6.030
Programas de P&D e eficiência energética	5.695	15.820	5.344	14.845
Provisão relacionada a pessoal	1.396	3.877	1.085	3.013
Marcação a mercado - Derivativos	1.428	3.968	(2.253)	(6.260)
Marcação a Mercado - Dívidas	(3.450)	(9.585)	360	1.000
Derivativos	(37.089)	(103.024)	(29.908)	(83.078)
Registro da concessão - ajuste do intangível	(832)	(2.310)	(859)	(2.386)
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro	(47.145)	(130.960)	(43.610)	(121.138)
Perdas atuariais	3.541	9.835	3.541	9.835
Outros	521	1.185	428	927
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado				
Perdas atuariais	43.283	120.231	43.283	120.231
Marcação a mercado - Derivativos	29	81	79	220
Marcação a Mercado - Dívidas	(1.373)	(3.815)	(1.872)	(5.202)
Total	(12.980)	(36.317)	(4.294)	(12.188)

9.4 Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados no primeiro trimestre de 2021 e 2020:

	1º Trimestre 2021		1º Trimestre 2020	
	CSSL	IRPJ	CSSL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	250.122	250.122	203.051	203.051
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	9.033	9.033	6.951	6.951
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	875	(1.376)	1.066	1.601
Base de cálculo	260.030	257.779	211.068	211.603
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Crédito (Débito) fiscal apurado	(23.403)	(64.445)	(18.996)	(52.900)
Provisão para riscos fiscais	(334)	-	-	-
Total	(23.737)	(64.445)	(18.996)	(52.900)
Corrente	(14.342)	(38.179)	(14)	(71)
Diferido	(9.395)	(26.266)	(18.982)	(52.829)

(*) Programa de incentivo de inovação tecnológica

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.2.

(10) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Saldo em 31/12/2020	1.602.976
Transferência - ativo contratual	16.594
Ajuste ao valor justo	39.756
Baixas	(1.469)
Saldo em 31/03/2021	1.657.857

O saldo refere-se ao ativo financeiro, correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia, de receber caixa via indenização, no momento da reversão dos ativos ao Poder Concedente ao

Notas Explicativas

término da concessão, mensurados a valores justos.

Conforme modelo tarifário vigente, a remuneração deste ativo é reconhecida no resultado mediante faturamento aos consumidores e sua realização ocorre no momento do recebimento das contas de energia elétrica. Adicionalmente a diferença para ajustar o saldo ao valor justo (valor novo de reposição "VNR" - nota 4) é registrada como contrapartida na conta de receita operacional (nota 24) no resultado do período.

No primeiro trimestre de 2021, o valor das baixas de R\$ 1.469 (R\$ 1.309 no primeiro trimestre de 2020) refere-se à baixa da atualização relacionada ao ativo de R\$ 469 (R\$ 528 no primeiro trimestre de 2020) e à baixa do ativo de R\$ 1.000 (R\$ 781 no primeiro trimestre de 2020).

(11) OUTROS ATIVOS

	Circulante		Não circulante	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Adiantamentos - Vivest	1.317	1.071	678	678
Adiantamentos - fornecedores	2.964	1.621	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	54	54	-	-
Ordens em curso	50.119	47.648	-	-
Serviços prestados a terceiros	1.244	1.321	-	-
Despesas antecipadas	15.401	13.579	290	308
Contas a receber - CDE	18.514	14.427	-	-
Adiantamentos a funcionários	6.525	2.951	-	-
Arrendamentos e aluguéis de postes	5.265	9.582	-	-
Faturas diversas	3.022	3.513	-	-
Outros	15.866	12.480	-	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 6)	(2.730)	(2.684)	-	-
Total	117.562	105.565	968	986

Contas a receber – CDE: refere-se às (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 3.288 (R\$ 3.143 em 31 de dezembro de 2020) e (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 15.226 (R\$ 11.284 em 31 de dezembro de 2020), nota 24.3.

(12) ATIVO CONTRATUAL

Referem-se aos ativos de infraestrutura da concessão durante o período de construção.

Saldo em 31/12/2020	159.983
Adições	56.653
Transferência - Intangível em serviço	(14.524)
Transferência - Ativo financeiro	(16.594)
Saldo em 31/03/2021	185.518

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.2.

Notas Explicativas**(13) INTANGÍVEL**

A movimentação abaixo refere-se ao Intangível de Direito de concessão, infraestrutura de distribuição em serviço e outros intangíveis:

	Direito de concessão		Total
	Infraestrutura de distribuição - em serviço	Outros ativos intangíveis	
Saldo em 31/12/2020	768.039	817	768.856
Custo histórico	2.246.405	2.109	2.248.514
Amortização acumulada	(1.478.366)	(1.292)	(1.479.658)
Amortização	(29.464)	(190)	(29.654)
Transferência - ativo contratual	14.524	-	14.524
Baixa e transferência - outros ativos	(2.555)	-	(2.555)
Saldo em 31/03/2021	750.544	628	751.172
Custo histórico	2.237.033	2.109	2.239.142
Amortização acumulada	(1.486.489)	(1.481)	(1.487.970)

Os valores de amortização dos ativos intangíveis de infraestrutura de distribuição estão registrados na demonstração do resultado na rubrica de "amortização".

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.2.

(14) FORNECEDORES

	31/03/2021	31/12/2020
<u>Circulante</u>		
Encargos de serviço do sistema	34.862	48.947
Suprimento de energia elétrica	352.793	459.686
Encargos de uso da rede elétrica	64.388	60.102
Materiais e serviços	61.450	75.029
Energia livre	45.208	44.990
Total	558.702	688.754
<u>Não circulante</u>		
Materiais e serviços	1.379	2.748
Total	1.379	2.748

Notas Explicativas

(15) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2020	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/03/2021
Moeda nacional							
Mensuradas ao custo							
Pós Fixado							
IPCA	354.582	-	(7.567)	12.710	-	(3.841)	355.883
Mensuradas ao valor justo							
Pré Fixado							
Marcação a mercado	-	340.000	-	930	-	-	340.930
	-	-	-	(14.607)	-	-	(14.607)
Total moeda nacional	354.582	340.000	(7.567)	(967)	-	(3.841)	682.207
Gastos com captação (*)	(6.521)	-	-	217	-	-	(6.304)
Moeda estrangeira							
Mensuradas ao valor justo							
Dólar	303.337	-	-	2.513	32.934	(218)	338.566
Euro	725.726	-	-	1.354	41.418	(1.360)	767.138
Marcação a mercado	(34.414)	-	-	(13.707)	-	-	(48.121)
Total moeda estrangeira	994.650	-	-	(9.840)	74.352	(1.578)	1.057.583
Total	1.342.711	340.000	(7.567)	(10.591)	74.352	(5.419)	1.733.485
Circulante	482.829						520.231
Não circulante	859.882						1.213.254

(*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	31/03/2021	31/12/2020	Faixa de vencimento	Garantia
Moeda nacional					
Mensuradas ao custo					
Pós Fixado					
IPCA					
FINEM	IPCA + 4,27% a 4,80% (a)	355.883	354.582	2020 a 2028	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
		355.883	354.582		
Mensuradas ao valor justo					
Pré Fixado					
	Pré fixado de 6,1574%	340.930	-	2024	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Marcação a mercado					
		(14.607)	-		
Total moeda nacional		682.207	354.582		
Gastos com captação (*)		(6.304)	(6.521)		
Moeda estrangeira					
Mensuradas ao valor justo					
Dólar					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + Libor 3 meses + de 0,95% a 1,41%	76.942	69.374	2019 a 2021	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + 1,96% a 3,27%	261.623	233.963	2020 a 2021	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
		338.566	303.337		
Euro					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	Euro + 0,70% a 0,78%	767.138	725.726	2021 a 2025	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
		767.138	725.726		
Marcação a mercado					
		(48.121)	(34.414)		
Total moeda estrangeira		1.057.583	994.650		
Total		1.733.485	1.342.711		
Circulante		520.231	482.829		
Não circulante		1.213.254	859.882		

(*) Conforme (CPC 48) referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas.

Determinados empréstimos bancários, principalmente os contratados em moeda estrangeira, possuem swap convertendo variação cambial e taxa pré-fixada para variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 30.

Taxa efetiva a.a.:

(a) De 60% a 110% do CDI

Notas Explicativas

Conforme segregado nos quadros acima, a Companhia, em consonância com o CPC 48, classifica suas dívidas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo, tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas, de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia, exceto pela variação no valor justo em função do risco de crédito, que a depender das características das dívidas na época das contratações, pode ser registrada em outros resultados abrangentes ou no resultado do período.

Em 31 de março de 2021, os ganhos acumulados não realizados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas foram de R\$ 62.728 (R\$ 34.414 em 31 de dezembro de 2020), que compensado com as perdas não realizadas obtidas com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 37.829 (R\$ 10.522 em 31 de dezembro de 2020), contratados para proteção da variação cambial (nota 30.b), geraram um ganho total líquido não realizado de R\$ 24.899 (R\$ 23.892 em 31 de dezembro de 2020).

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante, têm vencimentos assim programados:

Ano de vencimento

A partir de 01/04/2022	21.431
2023	33.689
2024	377.649
2025	645.914
2026	37.649
2027 a 2028	150.758
Subtotal	1.267.090
Marcação a mercado	(53.835)
Total	1.213.254

Adições no período:

Modalidade	Total aprovado	Montantes liberados		Pagamento de juros	Amortização de Principal	Destinação do recurso	Encargo financeiro anual	Taxa efetiva anual	Taxa efetiva com derivativos
		em 2021	Líquido dos gastos de captação						
Moeda nacional									
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	340.000	340.000	340.000	Semestral	Parcela única em março de 2024	Capital de Giro	6,1574% a.a.	6,1574% a.a.	CDI + 0,69% a.a.
	<u>340.000</u>	<u>340.000</u>	<u>340.000</u>						

Condições restritivas:

Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Algumas cláusulas contratuais estão vinculadas à índices financeiros da controladora CPFL Energia S.A. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

Para os empréstimos e financiamentos contratados ou com liberações de recursos ocorridas em 2021, alguns têm cláusulas restritivas relacionadas a indicadores financeiros, como seguem:

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia S.A.

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75; e
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A definição de EBITDA na controladora CPFL Energia S.A. para fins de apuração de *covenants* leva em

Notas Explicativas

consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária detida direta ou indiretamente (tanto para EBITDA como para ativos e passivos).

Para os demais empréstimos e financiamentos, os detalhes das condições restritivas estão apresentados na nota 16 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de março de 2021.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.2.

(16) DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2020	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/03/2021
Mensuradas ao custo					
Pós fixado					
CDI	503.127	(162.415)	2.187	(3.070)	339.829
IPCA	70.202	-	2.647	(1.801)	71.048
Total ao custo	573.329	(162.415)	4.834	(4.871)	410.877
Gastos com captação (*)	(4.421)	-	341	-	(4.080)
Mensuradas ao valor justo					
Pós fixado					
IPCA	219.610	-	8.253	(6.158)	221.705
Marcação a mercado	17.602	-	(8.472)	-	9.130
Total ao valor justo	237.212	-	(219)	(6.158)	230.835
Total	806.120	(162.415)	4.955	(11.029)	637.632
Circulante	170.604				126.369
Não circulante	635.516				511.263

(*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais		31/03/2021	31/12/2020	Faixa de vencimento	Garantia
Mensuradas ao custo						
Pós fixado						
CDI	107% a 109,5 % do CDI	(a)	339.829	503.127	2018 a 2021	Fiança da CPFL Energia
IPCA	IPCA + 5,29%	(b)	71.048	70.202	2022 a 2025	Fiança da CPFL Energia
Total mensuradas ao custo			410.877	573.329		
Gastos com captação (*)			(4.080)	(4.421)		
Mensuradas ao valor justo						
Pós fixado						
IPCA	IPCA + 5,80%	(b)	221.705	219.610	2024 a 2025	Fiança da CPFL Energia
Marcação a mercado			9.130	17.602		
Total mensuradas ao valor justo			230.835	237.212		
Total			637.632	806.120		
Circulante			126.369	170.604		
Não circulante			511.263	635.516		

(*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas.

Algumas debêntures possuem swap convertendo variação de IPCA para variação de CDI. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 30.

Taxa efetiva a.a.:

(a) De 107,84% a 110,77% do CDI / CDI + 0,89%

(b) IPCA +5,42 a 6,31%

Conforme segregado no quadro acima, a Companhia, em consonância com o CPC 48, classifica suas debêntures como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros

Notas Explicativas

mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros de debêntures mensurados ao valor justo, tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas debêntures, de modo a reduzir o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas debêntures são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia, exceto pelo componente de cálculo de risco de crédito que é registrado em outros resultados abrangentes.

Em 31 de março de 2021 as perdas acumuladas não realizadas obtidas na marcação a mercado das referidas debêntures foram de R\$ 9.130 (R\$ 17.602 em 31 de dezembro de 2020), que compensadas com os ganhos obtidos não realizados com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 21.634 (R\$ 34.680 em 31 de dezembro de 2020), contratados para proteção da variação de taxa de juros (nota 30.b), geraram um ganho total líquido não realizado de R\$ 12.504 (R\$ 17.078 em 31 de dezembro de 2020).

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Ano de vencimento

2023	140.387
2024	252.133
2025	109.612
Subtotal	502.133
Marcação a mercado	9.130
Total	511.263

Condições restritivas:

As debêntures emitidas pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras da sua controladora CPFL Energia.

Os detalhes das condições restritivas estão apresentados na nota 17 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de março de 2021.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.2.

(17) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus empregados, cujas características estão descritas na nota 18 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

17.1 Movimentações do plano de benefício definido:

As movimentações ocorridas no período, no passivo líquido são as seguintes:

Notas Explicativas

Passivo atuarial líquido em 31/12/2020	563.509
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	12.495
Contribuições da patrocinadora vertidas no exercício	<u>(23.117)</u>
Passivo atuarial líquido em 31/03/2021	552.887
Outras contribuições	<u>571</u>
Total passivo	<u>553.458</u>
Circulante	77.446
Não circulante	476.012

As despesas reconhecidas como custo da operação estão demonstradas abaixo:

	<u>1º Trimestre de 2021</u>	<u>1º Trimestre de 2020</u>
Custo do serviço	2.331	2.284
Juros sobre obrigações atuariais	38.306	32.007
Rendimento esperado dos ativos do plano	<u>(28.142)</u>	<u>(24.597)</u>
Total da despesa (receita)	<u>12.495</u>	<u>9.694</u>

17.2 Premissas atuariais:

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial, com base nos laudos atuariais preparados para as datas-bases de 31 de dezembro de 2020 e 2019, foram:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	7,72% a.a.	7,43% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	7,72% a.a.	7,43% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	6,14% a.a.	6,39% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	3,75% a.a.	4,00% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para as taxas nominais acima):	3,75% a.a.	4,00% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT-2000 (-10)	AT-2000 (-10)
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light fraca (-30)	Light fraca (-30)
Taxa de rotatividade esperada:	ExpR_2012	ExpR_2012
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.2.

(18) TAXAS REGULAMENTARES

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	425	425
Bandeiras tarifárias e outros	<u>18.076</u>	<u>15.603</u>
Total	<u>18.501</u>	<u>16.028</u>

Bandeiras tarifárias e outros – o saldo em 31 de março de 2021 refere-se basicamente a bandeira tarifária faturada em março (amarela) e fevereiro (amarela) de 2021 e ainda não homologadas pela Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (“CCRBT”). E o saldo de 31 de dezembro de 2020

Notas Explicativas

refere-se basicamente a bandeira tarifária (vermelha patamar 2) faturada em dezembro de 2020 e homologada durante o primeiro trimestre de 2021.

(19) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>Circulante</u>		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	10.220	7.191
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	3.768	1.927
Imposto de renda e contribuição social a recolher	13.988	9.118
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	132.862	133.595
Programa de integração social - PIS	5.443	5.305
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	25.151	24.547
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	-	4.975
Outros	5.497	5.939
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	168.953	174.361
Total Circulante	182.941	183.479
<u>Não circulante</u>		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	158.604	158.239
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	4.061	3.720
Imposto de renda e contribuição social a recolher	162.665	161.959
Total Não circulante	162.665	161.959

Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ: no não circulante, refere-se às provisões para riscos fiscais referentes aos tributos sobre o lucro. O caso em questão refere-se a Mandado de Segurança que discutia a possibilidade de dedução da despesa de CSLL da base de cálculo do IRPJ, sendo que para este caso é mais provável que as Autoridades Fiscais não aceitem o procedimento em questão.

A Companhia possui outros tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não, cujo efeito de potenciais contingências estão divulgados na nota 20.

Notas Explicativas**(20) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS**

	31/03/2021		31/12/2020	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	31.583	8.949	30.870	8.663
Cíveis	12.942	11.519	16.548	11.322
Fiscais	263	189.495	230	178.284
Imposto de renda	-	170.805	-	170.411
Outros	263	18.690	230	7.873
Outros	1.051	-	1.046	-
Total	45.839	209.963	48.695	198.269

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros, está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/03/2021
Trabalhistas	30.870	174	(7)	(196)	743	31.583
Cíveis	16.548	2.362	(2.880)	(3.761)	673	12.942
Fiscais	230	86	(58)	-	6	263
Outros	1.046	-	-	-	4	1.051
Total	48.695	2.621	(2.945)	(3.958)	1.426	45.839

As provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

Os detalhes da natureza das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros e depósitos judiciais estão apresentados na nota 21 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Perdas possíveis

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020 estavam assim representadas:

	31/03/2021	31/12/2020	Principais causas:
Trabalhistas	65.501	65.598	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	308.308	297.863	Ações indenizatórias, danos elétricos, revisão de contratos e ações possessórias
Fiscais	331.742	327.353	Imposto de renda e contribuição social
Fiscais - Outros	275.125	267.754	INSS, ICMS, FINSOCIAL, PIS e COFINS
Regulatório	3.282	3.178	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira
Total	983.958	961.747	

Em relação às contingências trabalhistas está em discussão os efeitos da decisão do Supremo Tribunal Federal que alterou o índice de correção monetária adotado pela Justiça do Trabalho. Atualmente, há

Notas Explicativas

decisão do STF, passível de recurso, que afastou definitivamente a aplicação da TR, índice anteriormente praticado pela Justiça do Trabalho, para aplicação do IPCA-E para os débitos na fase pré-processual e a SELIC para após a citação, porém, não delimitou a temporalidade dessa aplicação para os casos sem índice definido, tampouco esclareceu a aplicação de juros, reativando os processos anteriormente suspensos. A Administração da Companhia esclarece que realiza a liquidação individualizada dos casos trabalhistas, nos termos das respectivas decisões e não identificou em análise preliminar alteração material. Assim, a Companhia aguarda a publicação da decisão definitiva pelo STF e eventuais recursos para estimar com razoável segurança os montantes envolvidos na discussão.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

(21) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Circulante		Não circulante	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Consumidores e concessionárias	15.998	26.528	-	-
Programa de eficiência energética - PEE	61.780	60.989	4.179	911
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	36.282	39.312	5.534	487
EPE / FNDCT / PROCEL (*)	7.897	6.494	-	-
Fundo de reversão	1.486	1.527	7.497	7.879
Adiantamentos	20.148	30.582	2.201	2.376
Descontos tarifários - CDE	8.052	12.077	-	-
Juros sobre empréstimo compulsório	496	496	-	-
Folha de pagamento	1.786	2.413	-	-
Participação nos lucros	17.013	14.064	3.170	3.170
Convênios de arrecadação	17.992	17.402	-	-
Outros	3.683	3.803	-	-
Total	192.612	215.688	22.581	14.823

(*) EPE - Empresa de Pesquisa Energética, FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e PROCEL - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica.

Programas de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento: a Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da receita operacional líquida), mas ainda não aplicados nos programas de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética. Tais montantes são passíveis de atualização monetária mensal, com base na SELIC, até o momento de sua efetiva realização. Adicionalmente, em cumprimento a Medida Provisória nº 998/2020, convertida na Lei nº 14.120 em 1º de março de 2021, estabelece que entre 1º de setembro de 2020 a 31 de dezembro de 2025, até 30% dos valores previstos para os Programas de P&D e Eficiência Energética, não comprometidos com projetos contratados ou iniciados até 31 de agosto de 2020, deverão ser destinados à CDE em favor da modicidade tarifária. Os recolhimentos a CDE serão realizados no dia 10 de cada mês, sendo que o primeiro recolhimento foi realizado em abril de 2021.

(22) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no patrimônio líquido da Companhia em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020 está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de ações		
	Ordinárias	Total	%
CPFL Energia S/A	53.096.770.180	53.096.770.180	100,00
Total	53.096.770.180	53.096.770.180	100,00

Os detalhes dos itens incluídos no patrimônio líquido estão descritos na nota 23 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Notas Explicativas**(23) LUCRO POR AÇÃO****Lucro por ação – básico**

O cálculo do lucro por ação básico para os trimestres findos em 31 de março de 2021 e 2020 foi baseado no lucro líquido do período atribuível aos acionistas controladores e o número de ações ordinárias em circulação durante os períodos apresentados.

	<u>1° Trimestre 2021</u>	<u>1° Trimestre 2020</u>
Numerador		
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	161.941	131.154
Denominador		
Ações em poder dos acionistas - ações ordinárias (mil)	53.096.770	53.096.770
		-
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$	3,05	2,47

Para os trimestres findos em 31 de março de 2021 e 2020 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ações que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

(24) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>Nº de Consumidores</u>		<u>GWh</u>		<u>R\$ mil</u>	
	<u>31/03/2021</u>	<u>31/03/2020</u>	<u>1° Trimestre 2021</u>	<u>1° Trimestre 2020</u>	<u>1° Trimestre 2021</u>	<u>1° Trimestre 2020</u>
Receita de operações com energia elétrica						
Classe de consumidores						
Residencial	1.730.180	1.688.638	1.161	1.061	868.911	702.850
Industrial	6.304	6.179	200	218	130.948	124.156
Comercial	82.876	82.901	460	475	312.511	284.939
Rural	7.204	7.291	29	29	15.143	12.378
Poderes públicos	8.303	8.225	49	53	31.895	30.488
Iluminação pública	2.381	2.330	77	79	30.746	28.013
Serviço público	1.278	1.251	56	56	33.224	27.957
Fornecimento faturado	1.838.526	1.796.815	2.032	1.971	1.423.380	1.210.782
Consumo próprio	154	151	2	2	-	-
Fornecimento não faturado (líquido)	-	-	-	-	33.103	19.472
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	-	-	-	-	(664.235)	(546.512)
Fornecimento de energia elétrica	1.838.680	1.796.966	2.034	1.972	792.248	683.742
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas			36	33	14.704	12.197
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo			-	-	(4.789)	(3.706)
Energia elétrica de curto prazo			497	627	81.853	119.651
Suprimento de energia elétrica			533	660	91.768	128.142
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo					669.024	550.217
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre					295.591	232.524
(-) Compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos					(3.741)	(2.253)
Receita de construção da infraestrutura de concessão					51.014	56.397
Ativo e passivo financeiro setorial (nota 8)					70.982	(22.325)
Atualização do ativo financeiro da concessão (nota 10)					39.287	22.355
Aporte CDE - baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos					43.600	33.361
Outras receitas e rendas					22.930	20.938
Outras receitas operacionais					1.188.687	891.214
Total da receita operacional bruta					2.072.703	1.703.100
Deduções da receita operacional						
ICMS					(331.138)	(272.158)
PIS					(31.500)	(26.242)
COFINS					(143.554)	(120.874)
ISS					(14)	(26)
Conta de desenvolvimento energético - CDE					(207.434)	(195.898)
Programa de P & D e eficiência energética					(12.449)	(10.169)
PROINFA					(12.813)	(13.528)
Bandeiras tarifárias e outros					(1.048)	30.275
Outros					(1.276)	(1.096)
					(741.227)	(609.716)
Receita operacional líquida					1.331.476	1.093.384

Notas Explicativas

24.1 Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos

As informações referentes à contabilização e histórico estão descritas na nota 25.1 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

24.2 Revisão Tarifária Periódica (“RTP”) e Reajuste Tarifário Anual (“RTA”)

Em 20 de outubro de 2020, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória (“REH”) nº 2.792, relativo ao resultado da RTA de 2020, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia, com vigência a partir de 23 de outubro de 2020, em +18,31%, sendo +15,76% referentes ao reajuste tarifário econômico e +2,55% relativos aos componentes financeiros pertinentes. O efeito médio total percebido pelos consumidores é de +9,82%. As novas tarifas têm vigência de 23 de outubro de 2020 a 22 de outubro de 2021.

Em 23 de outubro de 2019, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória (“REH”) nº 2.627, relativo ao 5º ciclo de RTP, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia, com vigência a partir de 23 de outubro de 2019, em +1,88%, sendo -5,40% referentes ao reajuste tarifário econômico e +7,28% relativos aos componentes financeiros pertinentes. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de -7,80% (conforme divulgado na REH), quando comparado às tarifas de aplicação definidas no RTA ocorrido em outubro de 2018. As novas tarifas têm vigência de 23 de outubro de 2019 a 22 de outubro de 2020.

24.3 Aporte CDE - baixa renda e demais subsídios tarifários

No primeiro trimestre de 2021 e 2020, foi registrada receita de R\$ 43.600 (R\$ 33.361 no primeiro trimestre de 2020), sendo (i) R\$ 4.736 (R\$ 3.281 no primeiro trimestre de 2020) referentes à subvenção baixa renda, (ii) R\$ 35.114 (R\$ 28.156 no primeiro trimestre de 2020) referentes a outros descontos tarifários, e (iii) R\$ 3.750 (R\$ 1.924 no primeiro trimestre de 2020) de subvenção da CCRBT.

24.4 Conta de desenvolvimento energético (“CDE”)

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória (“REH”) nº 2.814, de 01 de dezembro de 2020 e (“REH”) nº 2.833, de 17 de fevereiro de 2021, estabeleceu as quotas mensais provisórias da Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”), relativas à competência de janeiro e fevereiro de 2021, respectivamente.

Adicionalmente, por meio da REH nº 2.834, de 02 de março de 2021, estabeleceu as quotas mensais provisórias da CDE, com vigência a partir da competência de março de 2021 até a aprovação do orçamento anual da CDE 2021 e respectivas quotas anuais.

Notas Explicativas**(25) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA**

	GWh		R\$ mil	
	1º Trimestre 2021	1º Trimestre 2020	1º Trimestre 2021	1º Trimestre 2020
<u>Energia comprada para revenda</u>				
Energia de Itaipu Binacional	487	511	182.825	170.778
PROINFA	39	44	16.421	11.545
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais e energia de curto prazo	2.490	2.472	555.512	506.942
Crédito de PIS e COFINS		-	(65.764)	(61.275)
Subtotal	3.015	3.026	688.993	627.989
<u>Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição</u>				
Encargos da rede básica			132.116	94.032
Encargos de transporte de itaipu			15.546	13.090
Encargos de conexão			7.086	6.964
Encargos de uso do sistema de distribuição			4.221	4.314
Encargos de serviço do sistema - ESS líquido do repasse da CONER (*)			61.243	3.141
Encargos de energia de reserva - EER			6.017	-
Crédito de PIS e COFINS			(20.926)	(11.242)
Subtotal			205.303	110.300
Total			894.296	738.289

(*) Conta de energia de reserva

Notas Explicativas

(26) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Despesas operacionais											
	Custo de operação		Custo do serviço prestado a terceiros		Vendas		Gerais e administrativas		Outros		Total	
	1º Trimestre 2021	1º Trimestre 2020	1º Trimestre 2021	1º Trimestre 2020	1º Trimestre 2021	1º Trimestre 2020	1º Trimestre 2021	1º Trimestre 2020	1º Trimestre 2021	1º Trimestre 2020	1º Trimestre 2021	1º Trimestre 2020
Pessoal	25.525	24.104	-	-	4.950	4.779	7.294	8.120	-	-	37.769	37.003
Entidade de previdência privada	12.495	9.694	-	-	-	-	-	-	-	-	12.495	9.694
Material	4.915	5.288	77	60	95	82	652	405	-	-	5.738	5.835
Serviços de terceiros	14.425	13.427	120	105	12.263	11.752	10.103	10.377	-	-	36.912	35.661
Custos com construção da infraestrutura	-	-	51.014	56.397	-	-	-	-	-	-	51.014	56.397
Outros	85	76	(2)	-	3.888	4.031	5.804	6.251	4.016	3.997	13.791	14.354
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	3.813	3.960	-	-	-	-	3.813	3.960
Arrendamentos e aluguéis	-	-	-	-	-	-	985	958	-	-	985	958
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	404	430	-	-	404	430
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	2.693	3.268	-	-	2.693	3.268
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-	130	142	-	-	130	142
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	3.672	3.626	3.672	3.626
Outros	85	76	(2)	-	75	71	1.592	1.452	344	371	2.094	1.970
Total	57.445	52.589	51.210	56.561	21.196	20.644	23.853	25.153	4.016	3.996	157.720	158.943

Notas Explicativas**(27) RESULTADO FINANCEIRO**

	<u>1º Trimestre 2021</u>	<u>1º Trimestre 2020</u>
Receitas		
Rendas de aplicações financeiras	1.630	2.285
Acréscimos e multas moratórias	13.459	13.068
Atualização de créditos fiscais	4.254	1.505
Atualização de depósitos judiciais	622	1.059
Atualizações monetárias e cambiais	8.876	54.587
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	630	805
Atualizações de ativo financeiro setorial (nota 8)	1.413	-
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(1.775)	(1.224)
Outros	3.262	1.055
Total	32.372	73.139
Despesas		
Encargos de dívidas	(15.719)	(19.178)
Atualizações monetárias e cambiais	(7.593)	(5.023)
(-) Juros capitalizados	913	535
Atualizações de passivo financeiro setorial (nota 8)	-	(141)
Outros	(1.997)	(2.779)
Total	(22.966)	(26.585)
Resultado financeiro	9.406	46.553

As rubricas de atualizações monetárias e cambiais contemplam os efeitos líquidos dos ganhos com instrumentos derivativos no montante de R\$ 41.796 no primeiro trimestre de 2021 (R\$ 224.411 no primeiro trimestre de 2020) (nota 30.b).

(28) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Informações de acionistas controladores, principais naturezas e transações estão descritas na nota 29 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

A remuneração total do pessoal-chave da administração no primeiro trimestre de 2021, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010 e CPC 05 (R1) - Partes Relacionadas foi de R\$ 1.379 (R\$ 1.901 no primeiro trimestre de 2020). Este valor é composto por R\$ 1.330 (R\$ 1.854 no primeiro trimestre de 2020) referente a benefícios de curto prazo e R\$ 49 (R\$ 47 no primeiro trimestre de 2020) de outros benefícios pós-emprego de longo prazo, e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum (controladas da State Grid Corporation of China), referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos e pagos pela Companhia.

Transações envolvendo acionistas controladores da CPFL Energia:

	<u>Passivo</u>		<u>Despesa/custo</u>	
	31/03/2020	31/12/2020	1º Trimestre 2021	1º Trimestre 2020
Empresas				
Encargos - Rede básica				
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	-	-	14.289	11.986
Intangível, materiais e prestação de serviço				
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	174	134	708	-

Notas Explicativas**Transações envolvendo entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimentos controlados em conjunto da CPFL Energia S.A.:**

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/custo	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020	1º Trimestre 2021	1º Trimestre 2020	1º Trimestre 2021	1º Trimestre 2020
Alocação de despesas entre empresas								
Companhia Paulista de Força e Luz	1.342	1.283	1.043	1.045	-	-	(1.121)	(480)
Companhia Jaguarí de Energia	434	426	96	117	-	-	(1.075)	(996)
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.	1.442	1.540	86	107	-	-	(4.532)	(4.120)
CPFL Energia S.A.	50	67	-	-	-	-	(193)	(150)
CPFL Renováveis - Consolidado	36	-	30	-	-	-	(9)	(8)
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	11	-	14	-	-	-	-	-
CPFL Eficiência Energética S.A.	1	1	-	-	-	-	-	(1)
Arrendamento e aluguel								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	-	-	-	252	236
CPFL Renováveis - Consolidado	-	-	-	-	41	38	-	-
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	-	-	-	-	3	-	-
Contrato de Mútuo								
CPFL Energia S.A. (*)	-	-	100.407	100.006	-	-	517	-
Dividendos/Juros sobre o capital próprio								
CPFL Energia S.A.	-	-	348.377	348.377	-	-	-	-
Intangível, ativo contratual, materiais e prestação de serviço								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	1.614	-	-	-	-	-	-
CERAN-Companhia Energética Rio das Antas	1	1	-	-	-	-	-	-
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. (**)	475	476	6.856	9.034	-	-	2.604	4.665
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	-	-	1.039	898	-	-	3.088	2.057
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	-	305	335	-	-	960	844
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	-	8	-	-	11	-	-	-
CPFL Telecom S.A.	2	2	-	-	-	-	-	-
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	-	459	70	-	-	941	-
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	(1)
Nect Serviços Administrativos de Recursos Humanos Ltda.	-	-	184	181	-	-	525	529
Nect Serviços Administrativos Financeiros Ltda.	-	-	168	166	-	-	515	452
Nect Serviços Administrativos de Suprimentos e Logísticas Ltda.	-	-	157	149	-	-	504	444
Compra e venda de energia e encargos								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	-	-	-	11	-	-
Companhia Paulista de Força e Luz	18	18	908	3.231	-	-	4.160	4.264
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	-	18.853
Paulista Lajeado Energia S.A.	-	-	3	3	-	-	10	10
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	-	-	3.740	8.759	-	-	15.352	5.887
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	-	-	129	97	-	-	287	282
Campos Novos Energia S.A.	-	-	26.001	26.882	-	-	39.662	32.984
CERAN-Companhia Energética Rio das Antas	-	-	6.384	6.384	-	-	18.534	15.891
Foz do Chapecó Energia S.A.	-	-	15.864	15.847	-	-	45.224	39.072
CPFL Renováveis - Consolidado	72	72	9.321	9.240	-	-	26.951	4.792
CPFL Transmissão Piracicaba S.A.	-	-	-	-	-	-	10	9
CPFL Transmissão Morro Agudo S.A.	-	-	-	-	-	-	10	11
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	1	-	-	-	-	-	-
Outras operações financeiras								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	-	-	-	(120)	-
CPFL Renováveis - Consolidado	-	-	-	-	-	-	-	(2)
Outros								
Instituto CPFL	-	-	-	-	-	-	122	142

(*) O saldo de mútuo passivo, no montante de R\$ 100.407 (R\$ 100.006 em 31 de dezembro de 2020), refere-se ao mútuo entre a controladora CPFL Energia com vencimento até 30 de dezembro de 2022, e remunerado a 107% do CDI ao ano.

(**) A Companhia adquiriu equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição e contratação de serviços de informática e construção civil no período. No primeiro trimestre de 2021, do valor total de dispêndios relacionados a estas operações, foram capitalizados como Ativo contratual da Companhia, o montante de R\$ 10.976 (R\$ 9.498 no primeiro trimestre de 2020), que não estão sendo apresentados no quadro acima.

(29) GESTÃO DE RISCOS

As informações sobre a estrutura do gerenciamento de risco e os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios da Companhia estão divulgados na nota 31 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo

Notas Explicativas

derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.2.

(30) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente materialmente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

	Nota Explicativa	Categoria Mensuração	Nível(*)	31/03/2021	
				Contábil	Valor Justo
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	585.943	585.943
Derivativos	30	(a)	Nível 2	401.317	401.317
Ativo financeiro da concessão	10	(a)	Nível 3	1.657.857	1.657.857
Total				2.645.116	2.645.116
Passivo					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	15	(b)	Nível 2 (***)	349.579	349.579
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (**)	15	(a)	Nível 2	1.383.906	1.383.906
Debêntures - principal e encargos	16	(b)	Nível 2 (***)	406.797	402.089
Debêntures - principal e encargos (**)	16	(a)	Nível 2	230.835	230.835
Derivativos	30	(a)	Nível 3	5.417	5.417
Total				2.376.534	2.371.827

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo.

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou um ganho R\$ 36.786 no 1º trimestre de 2021 (R\$ 83.340 no 1º trimestre de 2020)

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1).

Legenda

Categoria / Mensuração:

(a) - Valor justo contra o resultado

(b) - Mensurados ao custo amortizado

A classificação dos instrumentos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas informações contábeis intermediárias, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) contas a receber - CDE, (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados, (iv) serviços prestados a terceiros, (v) convênios de arrecadação e (vi) ativo financeiro setorial;
- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) taxas regulamentares, (iii) consumidores, concessionárias a pagar, (iv) FNDCT/EPE/PROCEL, (v) convênios de arrecadação, (vi) fundo de reversão, (vii) descontos tarifários – CDE, (viii) passivo financeiro setorial e (ix) mútuo entre coligadas, controladas e controladora.

Adicionalmente, não houve no primeiro trimestre de 2021 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate), trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título), obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Notas Explicativas

Em função da Companhia ter classificado o respectivo ativo financeiro da concessão como valor justo contra resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos (perdas) no resultado no primeiro trimestre de 2021 foi de R\$ 39.756 (R\$ 22.884 no primeiro trimestre de 2020), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota 10.

b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* de pelo menos AA, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de uma, é considerada o menor rating entre elas. A Administração não identificou para o trimestre findo em 31 de março de 2021 e exercício de 2020 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (notas 15 e 16). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de março de 2021 a Companhia detinha as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia	Valores de mercado (contábil)				Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador dívida	Moeda / indexador swap	Faixa de vencimento	Nacional
	Ativo	Passivo	Valores justos, líquidos	Valores a custo, líquidos ⁽¹⁾					
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo									
Hedge variação cambial									
Empréstimos bancários - Lei 4.131	135.087	-	135.087	140.661	(5.574)	US\$ + (Libor 3 meses + 0,95%) ou (3,28%)	105,62% a 116% do CDI	mai/19 a mai/21	197.225
Empréstimos bancários - Lei 4.131	220.551	-	220.551	246.800	(26.249)	Euro + de 0,70% a 0,78%	105,1% do CDI ou CDI + 0,83%	mai/21 a mar/25	519.760
	<u>355.638</u>	<u>-</u>	<u>355.638</u>	<u>387.461</u>	<u>(31.823)</u>				
Hedge variação índice de preços									
Debêntures	45.679	-	45.679	24.045	21.634	IPCA + 5,80%	104,3% do CDI	ago/24 a ago/25	197.000
Empréstimos bancários - Lei 4.131	-	(5.417)	(5.417)	589	(6.006)	6,16%	CDI + 0,69%	mar/24	340.000
	<u>45.679</u>	<u>(5.417)</u>	<u>40.262</u>	<u>24.634</u>	<u>15.628</u>				
Total	<u>401.317</u>	<u>(5.417)</u>	<u>395.900</u>	<u>412.095</u>	<u>(16.195)</u>				
Circulante	190.135	-							
Não circulante	211.182	5.417							

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 15 e 16.

⁽¹⁾ Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nacional refere-se ao saldo principal da dívida e reduz-se conforme ocorre a amortização da mesma.

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2020	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 31/03/2021
Para dívidas designadas a valor justo	332.314	82.706	(2.925)	412.095
Marcação a mercado (*)	24.158	(40.353)	-	(16.195)
Total	<u>356.471</u>	<u>42.353</u>	<u>(2.925)</u>	<u>395.900</u>
Ativo circulante	156.491			190.135
Ativo não circulante	199.980			211.182
Passivo não circulante	-			(5.417)

(*) Os efeitos no resultado e resultado abrangente no 1º trimestre de 2021 refere-se aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos para as dívidas designadas a valor justo.

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado a dívida para qual possui

Notas Explicativas

instrumentos de derivativos totalmente atrelados (notas 15 e 16).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratar de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para o primeiro trimestre de 2021 e 2020, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado registrados na rubrica de receita e despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente na rubrica risco de crédito na marcação a mercado, este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

Risco protegido / operação	Ganho (Perda) no resultado		Ganho (Perda) no resultado abrangente	
	1º Trimestre 2021	1º Trimestre 2020	1º Trimestre 2021	1º Trimestre 2020
Variação de taxas de juros	7.842	3.215	-	-
Marcação a mercado	(19.146)	(10.345)	93	2.647
Variação cambial	74.864	232.824	-	-
Marcação a mercado	(21.764)	(1.283)	464	(8)
Total	41.796	224.411	557	2.639

c) Ativos financeiros da concessão

Em função da Companhia ter classificado os respectivos ativos financeiros da concessão como mensurados pelo valor justo por meio de resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis e não existe um mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

d) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros, que irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

e) Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um conseqüente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, euro, CDI, IPCA e SELIC), conforme demonstrado:

e.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de março de 2021 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para os três cenários distintos seria:

Notas Explicativas

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Receita (despesa)		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25%(c)	Apreciação cambial de 50%(c)
Instrumentos financeiros passivos	(333.341)		(6.281)	78.625	163.530
Derivativos - swap plain vanilla	333.887		6.291	(78.754)	(163.798)
	546	baixa dolar	10	(129)	(268)
Instrumentos financeiros passivos	(724.242)		(20.167)	165.935	352.037
Derivativos - swap plain vanilla	753.131		20.972	(172.554)	(366.079)
	28.889	baixa euro	805	(6.619)	(14.042)
Total	29.435		815	(6.748)	(14.310)
Efeitos no resultado abrangente acumulado			13	(123)	(258)
Efeitos no resultado do período			802	(6.626)	(14.053)

(a) A taxa de cambio considerada em 31.03.2021 foi de R\$ 5,76 para o dólar e R\$ 6,76 para o euro.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sendo a taxa de cambio considerada de R\$ 5,87 e R\$ 6,95 e a depreciação cambial de 1,88% e 2,78%, do dólar e do euro respectivamente em 31.03.2021.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil Bolsa, Balcão.

Em função da exposição cambial líquida do dólar e do euro serem um ativo, o risco é baixa do dólar e do euro e, portanto, o câmbio é apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

e.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de março de 2021 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Instrumentos	Exposição	Risco	taxa no período	taxa Cenário provável (a)	Receita (despesa)		
					Cenário provável	Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	558.626				29.495	36.869	44.243
Instrumentos financeiros passivos	(339.829)				(17.943)	(22.429)	(26.914)
Derivativos - swap plain vanilla	(1.275.406)				(67.341)	(84.177)	(101.012)
	(1.056.610)	alta CDI	2,23%	5,28%	(55.789)	(69.737)	(83.683)
Instrumentos financeiros passivos	(657.766)				(36.703)	(27.528)	(18.352)
Derivativos - swap plain vanilla	242.544				13.534	10.150	6.767
Ativo financeiro da concessão	1.657.857				92.508	69.381	46.254
	1.242.635	baixa IPCA	6,10%	5,58%	69.339	52.003	34.669
Ativos e passivos financeiros setoriais	139.789				7.381	5.536	3.690
	139.789	baixa SELIC	2,23%	5,28%	7.381	5.536	3.690
Total	325.814				20.931	(12.198)	(45.324)
Efeitos no resultado abrangente acumulado					805	596	385
Efeitos no resultado do período					20.126	(12.794)	(45.709)

(a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

f) Risco de crédito

Risco de crédito é o de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 6 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

Contas a receber e ativos de contrato - Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas

Notas Explicativas

a receber de clientes de acordo com a classe de consumidor (Residencial, Comercial, Rural, Poder Público, Iluminação Pública, Serviços Públicos), Outras Receitas e Receita Não Faturada, consistindo em maioria por um grande número de saldos pulverizados.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas futuras ao longo da vida esperada dos recebíveis. Desta forma, fora calculada uma “Receita ajustada”, refletindo a percepção da Companhia sobre a perda esperada. Tal receita ajustada foi alocada por classe de consumo (matriz), de acordo com o intervalo atualmente utilizado na provisão orientada pelos parâmetros regulatórios, como segue:

Classe	Dias	Período
Residencial	90	Receita de 3 meses anteriores ao mês atual
Comercial e outras receitas	180	Receita de 6 meses anteriores ao mês atual
Industrial, rural, poder público em geral	360	Receita de 12 meses anteriores ao mês atual
Não faturado	-	Utiliza receita do próprio mês

Desta forma, com base nas premissas acima, é calculado um índice “Ajustado” de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (“PDD”) para o mês, que foi determinado dividindo-se a “PDD Real” pela “Receita Ajustada” de cada mês. Na sequência, a PDD é estimada mensalmente, considerando a média móvel respectiva dos meses dos índices mensais “Ajustados”, e aplicada sobre a receita real do mês corrente.

Com base neste critério, o percentual de PDD a ser aplicado é alterado mensalmente, na medida em que é calculada a média móvel.

A metodologia utilizada pela Administração contempla um percentual que está aderente com a regra contábil descrita como *expected credit losses*, contemplando em um único percentual a probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default - PD*”), Exposição na Inadimplência (“*Exposure at Default - EAD*”) e Perda Dada a Inadimplência (“*Loss Given Default - LGD*”).

Fatores macroeconômicos

Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, além dos efeitos da pandemia causada pelo COVID 19 e que estão considerados em nossa metodologia de cálculo, não foram identificados outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuíssem correlação direta ao nível de inadimplência.

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA (nota 30 b).

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para o trimestre findo em 31 de março de 2021 e exercício de 2020 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

Derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (hedge econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* de pelo menos AA (nota 30.b), baseado nas principais agências de *rating* de crédito do mercado (nota 30). A Administração não identificou para o trimestre findo em 31 de março de 2021 e exercício de 2020 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

Notas Explicativas

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.2.

(31) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

No primeiro trimestre de 2021, a Companhia possuía um valor de R\$ 913 (R\$ 535 no primeiro trimestre de 2020) referente a juros capitalizados no intangível da concessão - infraestrutura de distribuição (nota 27).

(32) FATOS RELEVANTES E EVENTOS SUBSEQUENTES

32.1 – Novas medidas regulatórias para preservação do serviço público de distribuição de energia elétrica

Em 01 de abril de 2021, a ANEEL publicou a Resolução Normativa (REN) N° 928, aprovada em 26 de março de 2021, que revoga as REN N° 878 de 24 de março de 2020, REN N° 886 de 15 de junho de 2020 e a REN N° 886 de 21 de julho de 2020. Além disso, estabelece novos procedimentos comerciais a serem adotados pelas distribuidoras para enfrentamento a segunda onda de COVID 19 entre a data de sua publicação até 30 de junho de 2021. Dentre as medidas, as mais relevantes são a restrição de suspensão de cortes por inadimplência para as subclasses residenciais de baixa renda até 30 de junho, além de regras específicas a serem atendidas para que possam ser efetuados os cortes nas demais classes consumidoras e restrições na cobrança de multa e juros por inadimplência.

Notas Explicativas

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

LUIS HENRIQUE FERREIRA PINTO
Presidente

YUEHUI PAN
Vice Presidente

UBIRAJUÍ JOSÉ PEREIRA
Conselheiro

DIRETORIA

CARLOS ZAMBONI NETO
Diretor Presidente

YUEHUI PAN
Diretor Financeiro
e de Relações com Investidores

ANDRÉ LUIZ GOMES DA SILVA
Diretor de Assuntos Regulatórios

RAFAEL LAZZARETTI
Diretor Comercial

OSVANIL OLIVEIRA PEREIRA
Diretor Operações

FLÁVIO HENRIQUE RIBEIRO
Diretor Administrativo

DIRETORIA DE CONTABILIDADE

SÉRGIO LUIS FELICE
Diretor de Contabilidade
CT CRC 1SP192.767/O-6

ANA PAULA PERESSIM DE PAULO
Gerente de Contabilidade das Distribuidoras
CT CRC 1SP217.200/O-6

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes

Av. Coronel Silva Telles, 977 - 10º andar, Cambuí

13024-001 - Campinas/SP – Brasil

Edifício Dahruj Tower

Caixa Postal 737 - CEP 13012-970 - Campinas/SP - Brasil

Telefone +55 (19) 3198-6000, Fax +55 (19) 3198-6205

www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Conselheiros e Acionistas da

Companhia Piratininga de Força e Luz

Campinas - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Piratininga de Força e Luz (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 10 de maio de 2021

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP027612/O-4

Marcio José dos Santos

Contador CRC 1SP252906/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da Companhia Piratininga de Força e Luz, sociedade por ações de capital aberto, com sede Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 – parte - Jardim Professora Tarcilla – CEP: 13087-397, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 04.172.213/0001-51, declaram que:

a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da Companhia Piratininga de Força e Luz do período findo em 31 de março de 2021;

b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da Companhia Piratininga de Força e Luz do período findo em 31 de março de 2021.

Campinas, 10 de maio de 2021.

Carlos Zamboni Neto

Diretor Presidente

Chief Executive Officer

CPF: 081.496.848-16

Yuehui Pan

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Chief Financial and Investor Relations Officer

CPF: 061.539.517-16

Ana Paula Peressim de Paulo

Gerente de Contabilidade das Distribuidoras Accounting Manager of Distributors

CT CRC 1SP217200/O-6

CPF: 171.567.218-60

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da Companhia Piratininga de Força e Luz, sociedade por ações de capital aberto, com sede Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 – parte - Jardim Professora Tarcilla – CEP: 13087-397, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 04.172.213/0001-51, declaram que:

a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da Companhia Piratininga de Força e Luz do período findo em 31 de março de 2021;

b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da Companhia Piratininga de Força e Luz do período findo em 31 de março de 2021.

Campinas, 10 de maio de 2021.

Carlos Zamboni Neto

Diretor Presidente

Chief Executive Officer

CPF: 081.496.848-16

Yuehui Pan

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Chief Financial and Investor Relations Officer

CPF: 061.539.517-16

Ana Paula Peressim de Paulo

Gerente de Contabilidade das Distribuidoras Accounting Manager of Distributors

CT CRC 1SP217200/O-6

CPF: 171.567.218-60